

O IBGE e as Geociências em 80 anos de História

- Programa ·
- Cronologia ·
- Perfis Biográficos ·



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O IBGE e as Geociências em 80 anos de História

O IBGE E AS GEOCIÊNCIAS EM 80 ANOS DE HISTÓRIA

Em 24 de março de 1937, o então Presidente Getúlio Vargas promulgava o decreto nº 1.527, instituindo o Conselho Brasileiro de Geografia. A nova instância, inserida na estrutura do recém-criado Instituto Nacional de Estatística, surgia com a incumbência de promover a coordenação e o desenvolvimento dos estudos e serviços geográficos, cartográficos e geodésicos no Brasil. De tal modo, a partir de um arcabouço administrativo *sui generis*, estatística e geografia passavam a ser concebidas como domínios integrados e interdependentes, unidos em um sistema comum de governança.

Passados oitenta anos, temos hoje a oportunidade de celebrar a união entre o “G” e o “E”, marca indelével da instituição que os abriga. O Centro de Documentação e Disseminações de Informações – CDDI e a Diretoria de Geociências – DGC convidam a esse passeio pela História, tomando a efeméride como uma oportunidade para homenagear todos os ibgeanos e ibgeanas que fizeram parte dessa trajetória, bem como para a promoção de uma reflexão sobre o papel exercido pelo IBGE no desenvolvimento das atividades geocientíficas no Brasil.

Ressaltamos que os eventos e personagens aqui elencados não esgotam essa riquíssima História. Decerto, traduzir 80 anos de serviços prestados ao país em poucas linhas não é um exercício de simples consecução. Procuramos aqui construir uma narrativa sucinta, ágil e de fácil leitura, o que nos exigiu selecionar um conjunto limitado de marcos históricos. Isso não significa, contudo, que outros de igual ou maior relevância tenham sido simplesmente esquecidos ou ignorados. Na verdade, concebemos essa iniciativa como uma simples ferramenta de divulgação, que embora modesta em seus objetivos, pode contribuir para o avanço do conhecimento sobre a temática a que está voltada, estimulando a exploração de uma seara vasta e profícua para pesquisa.

Com este trabalho o IBGE reafirma seu compromisso com a ampla disseminação das informações contidas em seu acervo histórico, com a preservação de sua memória institucional e com a aplicação do binômio História-Memória como importante ferramenta de comunicação e gestão do conhecimento.



PROGRAMAÇÃO

▶ EXPOSIÇÃO DE PAINÉIS

O IBGE e as Geociências em 80 anos de História

Local: Hall do Auditório Teixeira de Freitas

▶ ABERTURA

Wadih João Scandar Neto

Diretor de Geociências

▶ PALESTRAS

João Bosco de Azevedo

Engenheiro cartógrafo

Adma Hamam de Figueiredo

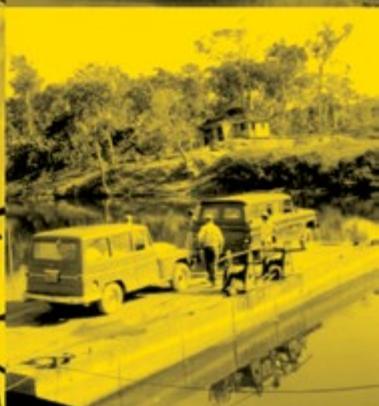
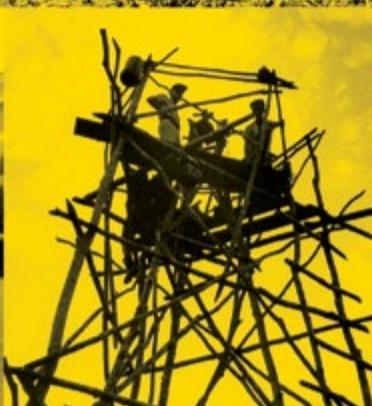
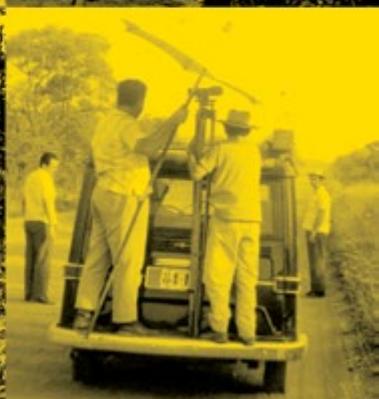
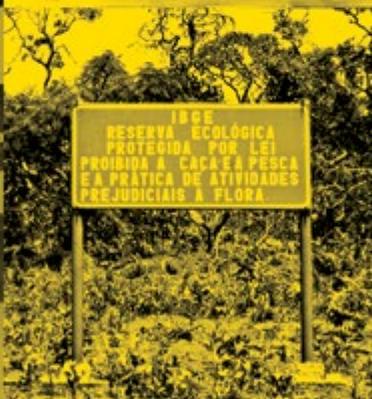
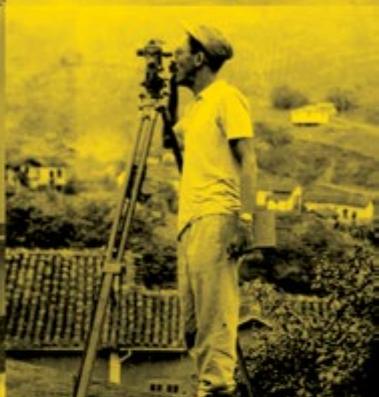
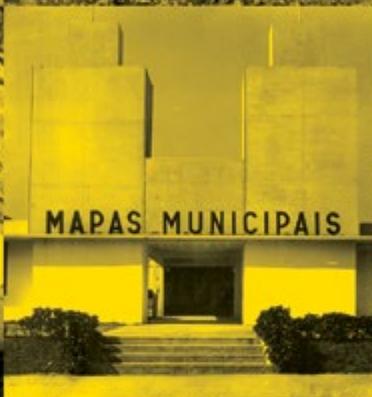
Geógrafa do IBGE

Luiz Henrique Castiglione

Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

▶ EXIBIÇÃO DE VÍDEO

O IBGE e as Geociências em 80 anos de História



A CRIAÇÃO DO CBG/CNG

As informações estatísticas e territoriais constituem subsídios fundamentais ao exercício do poder do Estado, servindo como base para a sua atuação sobre a realidade social. Embora iniciativas visando à organização de serviços para a produção de tais informações já fossem tomadas desde os tempos do Império, é a partir da Era Vargas que as preocupações e esforços governamentais se mostraram mais evidentes e sistemáticos. Em um primeiro momento, como parte de uma ampla proposta de reforma administrativa iniciada ainda durante o governo provisório que sucedeu o movimento civil-militar de 1930, novas repartições foram erigidas dentro da estrutura da administração direta federal, isto é, instâncias voltadas à produção e organização de informações estatísticas nas áreas específicas de atuação de determinados ministérios. Posteriormente, em face das dificuldades e limitações identificadas nos padrões tradicionais de organização dos serviços, geralmente marcados pela dispersão e desagregação, um novo modelo estrutural começaria a ganhar corpo. A essência da proposta repousava na manutenção da multiplicidade de agências espalhadas nos três níveis de governo, resguardando as suas autonomias político-administrativas, porém as congregando em um sistema único, conectando-as a um núcleo técnico coordenador e as submetendo a um conjunto preestabelecido de regras e procedimentos. O modelo seria primeiramente aplicado no campo das estatísticas educacionais, a partir da assinatura de um convênio envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, em 1931.

O sucesso da iniciativa encorajou o governo a apostar na solução interadministrativa como a mais adequada para o enfrentamento dos obstáculos e desafios concernentes à produção de informações estatísticas no país. Dois anos depois uma comissão interministerial foi formada com o intuito de discutir e elaborar um novo modelo de organização dos serviços, tendo em vista a sua sistematização, articulação e harmonização. Como resultado, em 6 de julho de 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística – INE. Sua efetiva instalação, contudo, só ocorreria cerca de dois anos depois, em 29 de maio

de 1936, com a posse de seu primeiro presidente, José Carlos de Macedo Soares, e a partir das ferramentas jurídico-institucionais proporcionadas pela Convenção Nacional de Estatística, acordo assinado entre a União e as Unidades Federativas em 11 de agosto daquele mesmo ano.

Além da produção e organização de informações estatísticas, a ação de expansão e consolidação do governo central no período pós-1930 também demandava o levantamento de informações sobre o território nacional, especialmente as necessárias à sua mensuração, descrição e controle. O avanço do conhecimento estatístico, portanto, deveria ocorrer em conjunto com o desenvolvimento dos conhecimentos geográfico, cartográfico e geodésico, tomados como fatores politicamente estratégicos. Embora desde as discussões da Comissão Intermministerial de 1933 já se previsse o estreitamento dos laços entre os serviços estatísticos e cartográficos, considerando-se a importância de uma sólida base territorial para o desenvolvimento de levantamentos estatísticos de qualidade, tal integração não foi de pronto efetivada. Contudo, as circunstâncias acabaram colaborando para essa aproximação. Por um lado, acentuavam-se as demandas internas por mapas e informações geográficas para fins estatísticos, o que colaborou para a criação, em 1933, da Seção de Estatística Territorial no âmbito da Diretoria de Estatística e Publicidade do Ministério da Agricultura. A repartição nascia com a incumbência de coletar, reunir, organizar e divulgar informações territoriais produzidas por instituições públicas e privadas dispersas pelo país, bem como de promover e elaborar estudos e trabalhos geográficos, cartográficos e fisiográficos, entre outros que envolvessem o enriquecimento das informações até então disponíveis sobre o território nacional. Em outra vertente, a inserção do Brasil no principal foro internacional na área de geografia reforçou a necessidade de organização daquele campo do conhecimento no país. Em 1931 o Brasil fora pela primeira vez convidado a participar do Congresso Internacional de Geografia, promovido pela União Geográfica Internacional – UGI na cidade de Paris, sendo desenvolvidas naquela ocasião as primeiras tratativas visando à adesão do país à entidade. Em visita ao Brasil dois anos depois, o Secretário Geral da UGI, Emmanuel De Martonne, ratificou e formalizou o convite de



Aula inaugural do Curso de Cartografia do CNG, no Rio de Janeiro. Esq./dir: Mário Augusto Teixeira de Freitas (1º); José Carlos de Macedo Soares (2º); Christovam Leite de Castro (3º, de pé). 1941. Acervo IBGE

filiação, salientando a importância da constituição de um órgão nacional que representasse o país junto à entidade internacional. Em 1936, sob a liderança do embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do INE, inicia-se uma série de reuniões, envolvendo autoridades e notáveis, com o objetivo de elaborar um projeto para a criação de um órgão oficial de coordenação dos serviços geográficos no Brasil. Na ocasião, é costurada a incorporação da futura instância à estrutura institucional já existente no campo estatístico.

Com isso, em 24 de março de 1937, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia – CBG, órgão autônomo integrado ao INE, entre cujas responsa-

bilidades destacavam-se a reunião e a coordenação, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, dos estudos sobre a geografia do Brasil, bem como a promoção da articulação dos serviços geográficos oficiais e privados, no sentido de ativar a cooperação geral para um conhecimento melhor e sistemático do espaço territorial brasileiro. O CBG foi formado a partir de um núcleo técnico até então instalado na Seção de Estatística Territorial, subordinada à Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Logo ao ser criado, o CBG foi autorizado a ingressar na União Geográfica Internacional, tornando-se o representante do Brasil naquele fórum. No ano seguinte, por força do Decreto, n.o 218, de 26 de janeiro de 1938, o CBG recebeu nova denominação: Conselho Nacional de Geografia – CNG. Este mesmo ato legal transformaria o INE em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A estrutura interadministrativa montada no campo da estatística seria reproduzida no campo geográfico, este sob o comando do CNG.

O CNG E OS “ANOS DOURADOS”

Os anos 1940 marcaram um período de expansão do sistema IBGE. A importância então auferida pelas informações estatísticas e territoriais, fatores estratégicos dentro do esforço de guerra, contribuía bastante para o aprimoramento dos serviços e para a consolidação do arcabouço institucional em construção. Em 16 de março de 1942 foi promulgado o Decreto-Lei n° 4.181, que dispõe sobre a criação das Seções de Estatística Militar, repartições localizadas nas capitais, submetidas à coordenação do IBGE e dos órgãos militares regionais, cuja incumbência era de planejar e organizar os levantamentos estatísticos necessários à segurança nacional. O mesmo ato legal determinou a celebração dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, acordos envolvendo as três esferas governamentais (União, estados e municípios) que regulavam a criação e o funcionamento das Agências Municipais de Estatística – AMEs. Estas funcionariam como instâncias responsáveis pela coleta de

dados nos municípios, sendo administrativamente subordinadas aos governos municipais, porém tecnicamente vinculadas ao IBGE, por delegação de competência dos municípios. Começava a ganhar forma e substância a estrutura idealizada na década anterior.

Particularmente no âmbito do CNG ocorreram avanços significativos no que concerne à organização e execução dos serviços prestados. Diversas iniciativas foram tomadas visando à formação, qualificação e treinamento de pessoal, estimulando-se a modernização e o aperfeiçoamento de métodos e instrumentos de trabalho. Para promover a organização e o desenvolvimento da Geografia enquanto campo científico no país, buscou-se atrair geógrafos internacionalmente reconhecidos – como Pierre Deffontaines, Francis Ruellan, Leo Waibel, entre outros –, construindo-se vínculos de colaboração. Entre os primeiros resultados expressivos dos trabalhos do CNG destaca-se a implantação da nova Divisão Regional do Brasil, a partir de proposta idealizada por Fábio de Macedo Soares Guimarães. Passava-se, a partir de então, a agregar as Unidades da Federação em 5 grandes regiões (com subdivisões internas): Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste. Três anos depois seria ainda estabelecida a Divisão do Brasil em zonas fisiográficas, utilizadas pelo IBGE até 1970.

Avanços significativos foram igualmente alcançados nas áreas da cartografia e da geodésia. O Recenseamento Geral de 1940 constituiu a primeira experiência do gênero referenciada a uma sólida base car-



tográfica, graças aos esforços desenvolvidos pelo CNG. Em 1939 foi lançada a Campanha de Levantamento Intensivo das Coordenadas Geográficas das Sedes Municipais, sob a coordenação do engenheiro Allyrio Hugueneu de Matos. Entre seus objetivos estava a atualização da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, cuja primeira edição fora publicada pelo Clube de Engenharia em 1922. Em 1944 deu-se início à organização do Sistema Geodésico Brasileiro – SGB, a partir da estruturação e aplicação de um conjunto de métodos e equipamentos de posicionamento, ação indispensável ao mapeamento do território nacional, bem como a projetos para a construção de estradas, pontes, barragens e outras obras de engenharia e infraestrutura. Outros trabalhos relevantes foram as atividades de fotogrametria e mapeamento topográfico, o estabelecimento de um sistema geodésico de referência para o Brasil, a publicação do Atlas Nacional do Brasil, etc.

A despeito de todas essas contribuições ao país, um dos mais conhecidos marcos entre as atividades desenvolvidas pelo CNG foram as expedições geográficas, missões de pesquisa voltadas ao reconhecimento, descrição e estudo do território nacional. Destaca-se entre elas a incursão pela região do Jalapão, ocorrida em 1943, que concluiu levantamentos cartográficos para a confecção de uma das folhas da Carta do Brasil ao Milionésimo. Outra expedição importante promovida pelo CNG (embora inserida



nos trabalhos de uma comissão específica montada pela Presidência da República) ocorreu em 1947, dedicando-se à efetuação de estudos voltados à escolha do sítio para a instalação da nova capital federal, no interior do país. Por cerca de três décadas mais de uma centena de expedições foram organizadas, contribuindo para a afirmação do trabalho de campo como método de pesquisa e ensino na área de Geografia, bem como servindo como ferramentas utilizadas pelo Estado brasileiro visando ao reconhecimento e integração do território nacional.

Além dos trabalhos de campo, proliferaram os estudos e trabalhos de divulgação científica, entre os quais figuram a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a coleção Grandes Regiões e os inúmeros artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico*, periódicos publicados pelo IBGE. Ponto alto do período foi a escolha do Rio de Janeiro como sede do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional – UGI, ocorrido em 1956. Não só o IBGE teve importante participação na organização do evento, como também auferiu destaque naquele foro de debate e deliberação, por meio das produções e intervenções efetuadas por membros de seu corpo técnico. O Congresso da UGI no Rio de Janeiro representou um marco significativo para os geógrafos brasileiros, especialmente no que diz respeito à sua inserção na comunidade acadêmica internacional. Se até então eram vistos como discípulos de grandes ícones da Geografia mundial, a partir dali passaram a ser considerados como seus pares, reconhecendo-se a qualidade e excelência de seus trabalhos.

O “G” NOS TEMPOS DA FUNDAÇÃO IBGE

Com o desenrolar do processo de industrialização e a progressiva complexificação da economia brasileira, tornavam-se cada vez maiores as demandas da sociedade brasileira por informações estatísticas de qualidade. Especialmente a partir dos anos 1950, adensam-se os debates sobre a ca-

pacidade que dispunha o Sistema Estatístico Nacional, na forma como até então se apresentava, para atender a tais demandas. Nesse contexto, o modelo construído na década de 1930, baseado na cooperação interadministrativa, passou a ser alvo de ações sistemáticas de avaliação e crítica, sendo elaboradas, em ocasiões diversas, propostas visando à sua reformulação. Contudo, é somente a partir do governo Castelo Branco (1964-1967) que as primeiras intervenções mais concretas são efetuadas, começando pela quebra do vínculo direto da autarquia com a Presidência da República. Começava ali a ser esboçado o abandono da estrutura *sui generis* idealizada e implementada desde a criação do INE/IBGE.

As mudanças institucionais em curso enquadravam-se em uma proposta mais ampla de reforma administrativa implementada pelo regime militar, em sintonia com um discurso modernizador em voga no período. O reordenamento administrativo era apresentado como solução para as deficiências estruturais apresentadas pela burocracia montada no período varguista, considerada pelos ideólogos do novo regime como ultrapassada, ineficiente e inadequada às





Exposição da recém-criada Fundação IBGE em meio às comemorações do cinquentenário do município de Novo Horizonte (SP). 1967. Acervo IBGE

necessidades de uma economia em rápida transformação. Especificamente no campo dos serviços estatísticos e geográficos, essa reforma ganha feições mais claras a partir de 1967, quando da implementação de intervenções significativas na estrutura institucional do IBGE. A antiga autarquia foi transformada em uma fundação de direito público – a Fundação IBGE. Com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa e financeira, a Fundação nasceu composta por três órgãos autônomos: Instituto Brasileiro de Estatística – IBE; Instituto Brasileiro de Geografia – IBG e Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE. Em 1971 somou-se ao grupo o Instituto Brasileiro de Informática – IBI, órgão com a incumbência de efetuar o processamento dos dados necessários às atividades da instituição e a automação do acesso a informações. Em 1975 um novo estatuto daria outras feições à estrutura organizacional do órgão, repaginando o modelo criado em 1967. Pela primeira vez as atividades de geografia, cartografia e geodésia seriam desmembradas em órgão de direção distintos, ficando



Equipamento analógico PG2, repotencializado para estereocompilação digital. 2000. Acervo IBGE

as primeiras subordinadas a uma Diretoria Técnica e as duas últimas desenvolvidas no âmbito de uma Diretoria de Cartografia e Geodésia.

Junto com as mudanças administrativas ocorrem também novidades nas áreas técnica e metodológica, permitindo o surgimento de novas formas e áreas de atuação. Ganha força no período – seguindo tendência então em alta nos Estados Unidos e na Europa Ocidental – a Geografia Quantitativa, refletindo uma crescente utilização das análises espaciais como ferramentas de planejamento socioeconômico. Os estudos sobre regionalização também se aprofundam, tendo entre seus resultados o desenvolvimento de uma nova divisão do Brasil com base em microrregiões homogêneas (1968). Destaca-se ainda a criação, em 1973, das primeiras

Regiões Metropolitanas do Brasil: São Paulo, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza e Salvador. No ano seguinte seria criada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em sintonia com a crescente relevância que a temática ambiental auferia na agenda de debates internacionais, foi criada em 1973 uma área de Recursos Naturais (consubstanciada na Superintendência de Recursos Naturais – SUPREN), com a incumbência de realizar mapeamentos, estudos e pesquisas de temas relativos ao meio físico (relevo, solo e geologia) e ao meio biótico (fauna e flora), além de análises sobre as condições ambientais e os impactos da ação humana sobre o planeta. Em 1975 foi inaugurada a Reserva Ecológica do Roncador, em terreno situado a cerca de 30 km de Brasília, concebida como uma unidade de conservação e pesquisa científica sobre o Cerrado. Ainda na seara ambiental, em meados dos anos 1980 o IBGE assumiu o Projeto RADAM-BRASIL, criado em 1970 com o nome de RADAM. Tendo como finalidade a coleta e organização de dados sobre os recursos naturais do território brasileiro, o projeto saiu do âmbito do Ministério de Minas e Energia e passou ser desenvolvido pelo IBGE, que absorveu seu corpo técnico e seu acervo de dados.

O IBGE E AS GEOCIÊNCIAS 80 ANOS DEPOIS

Ao longo de seus 80 anos de existência, o IBGE desempenhou papel fundamental no desenvolvimento das geociências no Brasil, sendo reconhecido como espaço fundamental de produção



e institucionalização do conhecimento científico. Também desempenhou relevantes funções técnicas, contribuindo para a aplicação desse conhecimento a práticas profissionais concretas, criando normas, critérios e procedimentos relativos aos serviços geográficos, cartográficos e geodésicos. Destaca-se ainda a sua importante contribuição a ações governamentais envolvendo o território brasileiro e a sua população, gerando subsídios e ferramentas para a construção de políticas públicas e o desenvolvimento de ações de planejamento econômico.

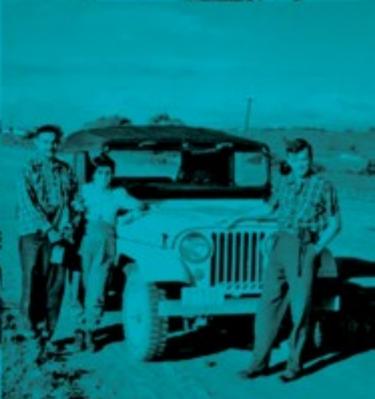
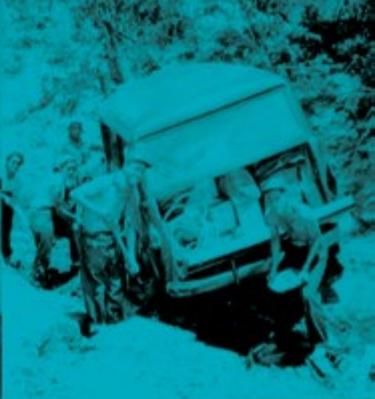
Atualmente, por meio de sua Diretoria de Geociências – DGC, o IBGE permanece imbuído da missão de produzir informações territoriais básicas e sistemáticas, além de análises espaciais integradas. Através de um trabalho multidisciplinar que abrange as áreas de Geodésia, Cartografia, Estruturas Territoriais, Geografia, Recursos Naturais e Meio Ambiente, o instituto subsidia ações governamentais de regulação, planejamento e controle, além de oferecer à sociedade em geral produtos e serviços diversos que se prestam a retratar o país em seus mais distintos aspectos. A DGC desenvolve estudos, levantamentos e mapeamentos que objetivam apresentar uma leitura do território nacional, fornecendo informações es-



pecíficas sobre a realidade brasileira, englobando o quadro natural do país e sua organização social, política e econômica. Trata-se, portanto, de um trabalho que visa traduzir a expressão da espacialidade dos fenômenos naturais e sociais que ocorrem no Brasil.

Para o cumprimento de sua missão, a DGC tem desenvolvido esforços no sentido de incorporar as mais modernas ferramentas tecnológicas, além de estreitar vínculos e intercâmbios com outras instâncias governamentais e da sociedade civil. Com essa visão, aliada à natureza dinâmica do objeto de estudo das Geociências, sua especificidade e multiplicidade temática, têm sido implementadas atividades de Geoprocessamento, de Sensoriamento Remoto e de Ordenação do Território, incorporando novos recursos e capacitação técnica no uso de ferramentas de geoprocessamento, que hoje constitui requisito básico para o adequado tratamento das informações da área de Geociências. Tais iniciativas visam fornecer suporte técnico-operacional ao atendimento eficaz de demandas referentes a informações georreferenciadas, tanto as da área de produção de informações básicas e sistemáticas, quanto as dos estudos integrados, que reúne projetos de diagnósticos e zoneamentos ambientais.





CRONOLOGIA GEOCIÊNCIAS

1933

- Criação da Seção de Estatística Territorial, no âmbito da Diretoria de Estatística e Publicidade do Ministério da Agricultura. No ano seguinte, após uma reforma na estrutura organizacional do ministério, a Seção de Estatística Territorial passa a se subordinar à Diretoria de Estatística da Produção.

1937

- Criação do Conselho Brasileiro de Geografia – CBG, dentro da estrutura do Instituto Nacional de Estatística (INE). Construído a partir do núcleo da Seção de Estatística Territorial do Ministério da Agricultura, o CBG é criado com a função para permitir o desenvolvimento dos estudos e serviços na área da geografia (partes física e humana), aprofundando o conhecimento sobre o território nacional, promovendo a integração nacional, juntamente com a realização dos trabalhos de Cartografia necessários à área de Estatística.



Acervo IBGE

1938

- O INE, através do Decreto nº 218, de 26 de janeiro, passa a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e o CBG se torna o Conselho Nacional de Geografia – CNG.
- Promulgação da Lei Geográfica do Estado Novo (Decreto-lei nº 311, de 2 de março), redefinindo a estrutura de limites dos distritos e municípios.
- Tendo em vista os trabalhos do Recenseamento Geral de 1940, a Seção de Estatística Territorial foi renomeada como Serviço de Coordenação Geográfica, constituindo órgão central do IBGE. Um ano depois receberia nova denominação, passando a se chamar Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.



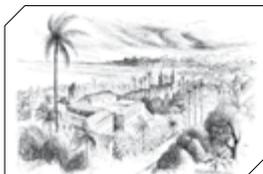
Acervo IBGE

1939

- Publicação do primeiro volume da Revista Brasileira de Geografia – RBG.
- Sob a coordenação do engenheiro Allyrio Huguene de Mattos, é lançada a Campanha de Levantamento Intensivo das Coordenadas Geográficas das Sedes Municipais, dando início aos levantamentos geodésicos promovidos pelo IBGE.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Vol. 1 JANEIRO, 1939 No. 1



Arquivo IBGE

1940

- Pela primeira vez, os dados de coleta no censo foram referenciados a uma base cartográfica, assegurando às estatísticas brasileiras o seu georreferenciamento.

1942

- Conforme proposta de Fábio de Macedo Soares Guimarães, entra em vigor a nova Divisão Regional do Brasil, agregando as Unidades Federadas em 5 Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste (com subdivisões internas).
- Realização do primeiro levantamento aerofotogramétrico no Brasil, pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF), utilizado pelo IBGE para mapeamento, por compilação, na escala 1: 1.000.000.



1943

- Lançamento da primeira edição do *Boletim Geográfico*, ainda com o título de *Boletim do Conselho Nacional de Geografia*, utilizado somente nos três primeiros números.

1944

- Medição da primeira base geodésica nas proximidades de Goiânia, iniciando o estabelecimento do Sistema Geodésico Brasileiro – SGB – em sua componente planimétrica, materializado por um conjunto de pontos (pilares, marcos ou chapas) situados sobre a superfície terrestre pelo método da triangulação e densificado pelo método de poligonação.



Acervo IBGE

1945

- Início dos trabalhos de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão, dando partida ao estabelecimento da Rede Altimétrica do SGB.
- Estabelecida a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas, que seria utilizada por IBGE até 1970.



Acervo IBGE

1946

- A coordenação da Cartografia Brasileira é atribuída ao IBGE.



Acervo IBGE

1948

- O CNG inicia suas atividades na área de fotogrametria.

1956

- Realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional – UGI, tendo o Rio de Janeiro como sede. Não só o IBGE teve importante participação na organização do evento, como também auferiu destaque naquele foro de debate e deliberação, por meio das produções e intervenções efetuadas por membros de seu corpo técnico.
- É iniciado um programa visando o estabelecimento do Datum (sistema geodésico de referência) horizontal para o Brasil. Durante o projeto foram determinadas mais de 2.000 estações gravimétricas em torno do Vértice de Triangulação –VT Chuá, ponto origem, situado em Minas Gerais.



1958

- Com a Rede Altimétrica com mais de 30.000 km de linhas de nivelamento, o Datum de Torres foi substituído pelo Datum de Imbituba, definido pela estação maregráfica do porto da cidade de mesmo nome, em Santa Catarina.

1962

- Publicação da primeira edição completa do álbum da Carta Internacional do Mundo, ao Milionésimo – CIM, correspondente a 46 folhas na escala 1:1.000.000 que recobrem totalmente o país. O IBGE passa a ser signatário da ONU para a produção da CIM.
- O IBGE inicia a atuação nas escalas maiores de 1: 250.000, atividades restritas a atuação do Serviço Geográfico do Exército.



1965

- Divisão de Geodésia e Cartografia do IBGE inicia trabalhos de mapeamento topográfico.



Acervo IBGE

1966

- É publicada a primeira edição do Atlas Nacional do Brasil.



Acervo IBGE

1967

- Com a criação da Fundação IBGE, surge o Instituto Brasileiro de Geografia – IBG, um dos órgãos de direção superior da nova fundação.



Acervo IBGE

- É publicado o Decreto-Lei nº 243 em 28 de fevereiro, com o estabelecimento das Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira.

- Criação da Comissão de Cartografia – COCAR, inserida na estrutura do IBGE, responsável pela elaboração da política nacional de cartografia.

1968

- Realização da 1ª Conferência Nacional de Geografia – CONFEGE, no Rio de Janeiro, entre 23 e 30 de setembro.



Acervo IBGE

1972

- Realização da II CONFEGE em conjunto com a II Conferência Nacional de Estatística – CONFEST.



Acervo IBGE

1973

- Lei nº 5.878, 11 de maio, estabelece como competência do IBGE a “sistematização de dados sobre meio ambiente e recursos naturais com referência a sua ocorrência, distribuição e frequência”. Para atender a nova demanda é criada a Superintendência de Recursos Naturais – SUPREN, instância encarregada da elaboração de mapeamentos, estudos e pesquisas de temas relativos ao meio físico (relevo, solo, clima e geologia) e ao meio biótico (fauna e flora), além da promoção da caracterização e avaliação das condições ambientais e dos impactos gerados pela ação humana no planeta.
- Criação das primeiras Regiões Metropolitanas do Brasil: São Paulo, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador. No ano seguinte seria somada a este grupo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

1975

- O IBGE inaugura a Reserva Ecológica do Roncador, a 30 km do centro de Brasília, em gleba doada pelo Governo do Distrito Federal em 1961. Concebida para ser uma unidade de conservação e pesquisa científica sobre o Cerrado, foi rebatizada, em 1978, como Reserva Ecológica do IBGE, mantendo-se a sigla original. Em 1993 a RECOR foi incluída pela UNESCO entre as Áreas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado; e desde 2002 também faz parte da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central.
- Após ampla reestruturação institucional, é criada como órgão de direção superior a Diretoria de Geodésia e Cartografia. As atividades de Geografia (parte física e humana) ficaram no âmbito de outro órgão de direção, a Diretoria Técnica.



Acervo IBGE

1978

- Criado o Programa Especial de Dinamização da Cartografia Terrestre no Brasil, com forte participação do IBGE, representando um esforço nacional para equacionar e impulsionar a produção cartográfica no país. O programa seria finalizado em 1985.
- Término da publicação do *Boletim Geográfico*.

1979

- Adoção oficial do South American Datum 1969 (SAD 69) como sistema de referência para trabalhos geodésicos e cartográficos desenvolvidos em território brasileiro.

1985

- Pelo Decreto nº 91.295, de 31 de maio, é transferido ao IBGE o Projeto RADAM-BRASIL, criado em 1970 com o nome de RADAM, cuja finalidade era a coleta de dados sobre os recursos naturais do território brasileiro. Até então ligado ao Ministério das Minas e Energia, sua incorporação ao IBGE seria completada no ano seguinte, com a absorção do acervo de dados e do corpo técnico do Projeto.
- Integração da Região Amazônica ao SGB (com a ajuda do sistema TRANSIT de rastreamento de satélites artificiais, adotado em 1978), viabilizando o mapeamento sistemático da área.



1986

- Como resultado de um amplo processo de reestruturação organizacional, é criada a Diretoria de Geociências, reunindo novamente em um mesmo órgão de direção as áreas de geografia, cartografia e geodésia.



Arquivo IBGE

1990

■ Criação do Projeto de Informatização da Cartografia – INFOCAR, com recursos do Banco Mundial, com o objetivo de absorver novas tecnologias e desenvolver metodologias em cartografia digital.

■ Reforma administrativa executada pelo governo federal desativou a COCAR.

■ O IBGE adquiriu quatro receptores do *Global Positioning System* – GPS e começou a utilizar a tecnologia na densificação dos marcos planimétricos do Sistema Geodésico Brasileiro.



Acervo IBGE

1991

■ Lançamento do o primeiro Manual Técnico em Geociências (Vegetação Brasileira).

■ Começa a ser desenvolvido um projeto para a implantação da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – RBMC, uma infraestrutura geodésica de referência para posicionamentos com base em técnicas modernas e no sistema GPS.

■ Lançamento da primeira Malha Municipal Digital.



Acervo IBGE

1993

■ Implantação da primeira estação de monitoramento contínuo denominada FORT (localizada em Fortaleza/CE), pertencente à rede CIGNET (*Cooperative International GPS Network*), a qual foi implantada pelo NGS (*National Geodetic Survey*) dos Estados

Unidos em projeto de cooperação com a Universidade de São Paulo e o IBGE.



1994

- Pelo Decreto s/nº de 21 de junho, é reativada a Comissão Nacional de Cartografia, desta vez sob a sigla CONCAR, subordinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

1996

- Início da implantação da RBMC, com a instalação das estações de Curitiba (PR) e Presidente Prudente (SP). A RBMC é constituída por um conjunto de estações com receptores GNSS que operam 24 horas por dia. Foi a primeira rede estabelecida na América do Sul, com o objetivo de materializar a estrutura geodésica no Brasil e servir de ligação com as redes geodésicas internacionais. As estações da RBMC são materializadas através de pinos de centragem forçada cravados em pilares estáveis. Além dos receptores GPS de dupla frequência, que coletam e armazenam continuamente observações do código e da fase da onda portadora dos satélites, as estações são dotadas de antenas do tipo *choke-ring*, microcomputadores e sistemas de fornecimento de energia elétrica.



- Início do mapeamento apoiado por computador – Projeto Conder na Bahia.
- Idealizada a Rede Maregráfica Permanente para Geodésia – RMPG, com a finalidade de determinar e acompanhar a evolução temporal e espacial dos data altimétricos do SGB.
- Realização do I Encontro Nacional dos Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (IV CONFEST/III CONFEGE).

1997

- Criado o Banco de Dados de Recursos Naturais – BDRN, em ambiente digital, utilizando Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados – SGBD e a tecnologia de Sistemas de Informações Geográficas – SIG, com os conceitos e técnicas disponíveis na época. Posteriormente evoluiu para o Banco de Dados e Informações Ambientais – BDIA, como é conhecido atualmente.

1998

- O IBGE assume parceria com o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM e elabora a conversão para o meio digital e a atualização do mapeamento da Amazônia Legal na escala de 1:250.000. Também é executado o mapeamento temático de Vegetação, Geomorfologia, Pedologia e Geologia.

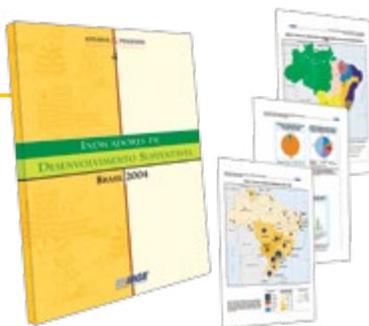


2000

- Criação do Projeto Mudança do Referencial Geodésico – PMRG, com ampla participação da academia e sociedade, para orientar a adoção de um novo referencial geodésico compatível com as novas tecnologias de posicionamento por satélite.

2002

- Lançada a primeira edição dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Brasil – IDS, com informações sobre a realidade brasileira, integrando as dimensões social, ambiental, econômica e institucional.
- O IBGE inicia o primeiro mapeamento totalmente digital na escala 1: 50.000 na região do Triângulo Mineiro.



2003

- Lançada a primeira base cartográfica digital contínua de todo o Brasil na escala de 1: 1.000.000 – bCIMd.



2004

- Realizado o Projeto Pontos Culminantes do Brasil, em parceria científica firmada entre o IBGE e o Instituto Militar de Engenharia – IME, tendo como principal objetivo medir com exatidão a altitude dos pontos mais elevados do Brasil.

2005



- Adotado o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – SIRGAS, por meio do decreto nº 5.334, publicado em 07 de janeiro. O SIRGAS 2000 somava-se aos demais referenciais então em uso no Brasil: South American Datum 1969 — SAD 69 e Córrego Alegre.



2006

- Realização do II Encontro Nacional dos Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais.

2007

- Assinado acordo de cooperação entre o IBGE e a *Alaska Satellite Facility* – ASF da Universidade do Alaska, tendo em vista a distribuição de imagens a órgãos do governo, instituições de pesquisa e demais usuários não comerciais no Brasil. Inicia-se a atualização do mapeamento na escala de 1: 250.000 de todo o território nacional.

2008

- Instituição da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, no âmbito do Poder Executivo Federal, pelo decreto nº 6.666, de 27 de novembro.
- Retomadas as ações para o mapeamento na escala de 1: 25.000 com o Projeto Rio de Janeiro.



2009

- Integração em um único arquivo digital georreferenciado dos setores censitários urbanos e rurais, para atender a construção da Base Territorial do Censo 2010. Nessa base, também foram empregados diversos tipos de imagens de satélites para a atualização dos mapas para as operações censitárias.

2010

- Coleta dos dados do Censo 2010 utilizando formulários digitais e posicionamento por GPS, em equipamento tipo PDA.
- Lançamento do Atlas Nacional do Brasil Milton Santos.
- Lançamento em Brasília do portal da INDE, o catálogo de metadados e o visualizador de mapas.



Acervo IBGE

2011

- Disponibilização da primeira versão do Banco de Nomes Geográficos do Brasil – BNGB.



2012

- Início da participação no Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais na validação e geração de bases cartográficas para o mapeamento de suscetibilidade a movimentos de massa, enchentes e inundações.

2013

- Todas as capitais do país possuem pelo menos uma estação da RBMC.
- Lançamento da Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1: 250.000.



2015

- Realização da 27ª Conferência Internacional de Cartografia, organizada pela *International Cartographic Association – ICA*, na cidade do Rio de Janeiro. Realizado pela primeira vez na América Latina, o evento conta com importante participação do IBGE, consolidando sua inserção no cenário cartográfico internacional.
- A partir de 25 de fevereiro, o SIRGAS 2000 torna-se o único sistema geodésico de referência oficialmente adotado no Brasil.



Alvaro Vasconcellos

2016

- A RBMC passa a operar com 131 estações. Destas, 99 possuem serviço de posicionamento em tempo real distribuídas em todos os estados do território nacional.
- Relançamento da Revista Brasileira de Geografia, cuja publicação fora interrompida em 2006.
- Realização da III Conferência Nacional dos Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais – INFOPLAN.



Vivian Baila

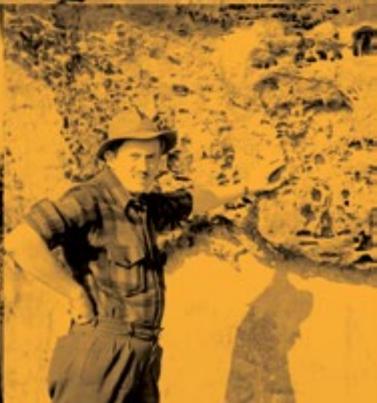
Vivian Baila

Alvaro Vasconcellos

Vivian Baila



PERFIS BIOGRÁFICOS



ALLYRIO HUGUENEY DE MATTOS

(1890-1975)



Nasceu na cidade de Cuiabá (MT), em 29 de julho de 1890. Cursou parte do ensino primário em sua cidade natal e parte no Colégio dos Padres Jesuítas, em São Leopoldo (RS). Com o falecimento de seu pai, em 1904, retornou a Cuiabá, onde concluiu o curso secundário (1907). Ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1909. Ao concluir o curso de engenharia, em 1913, obteve a Medalha Gomes Jardim, pelo seu brilhante desempenho.

Através de concurso público ingressou no corpo docente da Escola Politécnica, onde conquistou os títulos de Professor (1915), Assistente Interino da Cadeira de Topografia (1926) e Catedrático em Astronomia de Campo e Geodésia Elementar (1930). Assumiu o cargo de astrônomo no Observatório Nacional em 1917, exercendo-o até 1938, quando por força da Constituição do Estado Novo viu-se obrigado a optar por um dos cargos. Permaneceu como catedrático na Escola Politécnica, onde se aposentou em 1957.

Precursor das pesquisas de campo, percebeu que o uso de modernos equipamentos portáteis era determinante para a implantação de novos métodos geodésicos de coordenadas geográficas, e que, mais adiante, seriam o indispensável suporte aos projetos de desenvolvimento em regiões desprovidas de cobertura cartográfica.

Destacou-se como consultor técnico do IBGE, atuando como Assistente Coordenador de Cartografia, Subdiretor de Geodésia e Cartografia, e Diretor da Divisão de Cartografia. Como orientador da Campanha das Coordenadas Geográficas (1939), coube-lhe determinar a localização das sedes municipais por suas coordenadas geográficas, preparar engenheiros e operadores para atuarem no projeto, e ainda avaliar o sistema de representação cartográfica mais adequado à edição dos mapas.

Sua vida profissional foi pautada por homenagens e títulos honoríficos. Merecem destaque a comenda da Ordem La Rose Blanche do Governo da Finlândia, recebida pelos relevantes serviços prestados durante o eclipse total do sol (1948); o de Sócio Honorário Fundador da Sociedade Brasileira de Cartografia (1963); e o de Professor Emérito da Universidade do Brasil (1948). Em reconhecimento ao seu trabalho, o IBGE, em 1972, perpetuou sua memória com significativa homenagem em vida, ao denominar como "Base Allyrio de Mattos" o Marco Norte de número 2.250, situado em sua cidade natal, Cuiabá.

Ao falecer em 06 de janeiro de 1975, Allyrio Huguene de Mattos deixou importante contribuição para a evolução do pensamento cartográfico brasileiro.



BERTHA KOIFFMAN BECKER

(1930-2013)

Filha de Issak Koiffmann e Adélia Vainer Koiffmann, nasceu em 7 de novembro de 1930, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Graduada em Geografia e História pela Universidade do Brasil (1952), e Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1970), concluiu o Pós-Doutorado no Massachusetts Institute of Technology – Department of Urban Studies and Planning, em 1986.

No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ocupou o cargo de Membro Titular da Câmara Técnica de Geociências (1989-1993). Foi consultora do United Nations Centre for Regional Development - UNCRD, em Nagóia (Japão), de 1990 a 1992; Professora Emérita de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ desde 2002; Doutora Honoris Causa (2005) pela Universidade de Lyon III; e Membro da Academia Brasileira de Ciências, desde 2006.

Atuou como consultora em várias instituições científicas: CNPq, Capes e Faperj, a partir de 1974, 1978 e 1990, respectivamente; e desde 2006, exerceu atividades no Centro Celso Furtado. Bertha Becker foi também, desde 2000, Conferencista Emérita da Escola Superior de Guerra - ESG.

Responsável por vasta produção acadêmica, publicou, até setembro de 2006, 47 artigos em periódicos, 14 livros e 55 capítulos de livros. Concluiu a orientação de 30 dissertações de Mestrado e 11 teses de Doutorado.

Na área editorial fez parte de diversos Conselhos Editoriais de periódicos nacionais e internacionais: Revista Brasileira de Geografia do IBGE, Revista Território da UFRJ, Cadernos do IPPUR, e Political Geography Quarterly, da Inglaterra, entre outros. Coordenou o Laboratório de Gestão do Território – LAGET da UFRJ e projetos de pesquisa. Participou da elaboração de políticas públicas nos Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Integração Nacional, e do Meio Ambiente.

Por mais de 40 anos, Bertha se aprofundou nos estudos sobre os conflitos fundiários nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, com foco na Amazônia. Ao longo desse período, estudou e pesquisou *in loco* a geografia humana e política da região, tornando-se uma autoridade internacional no assunto. Por isso, era sempre requisitada por órgãos do governo, como o Itamaraty e a Secretaria de Assuntos Estratégicos, além de proferir conferências nas principais associações internacionais. Sua contribuição foi essencial para o desenvolvimento do plano estratégico da Amazônia.

Ao falecer, em 13 de julho de 2013, deixa uma obra de geografia que a torna, de uma certa maneira, imortal.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO

(1904-2002)



Nasceu em 15 de abril de 1904, na cidade de Belo Horizonte (MG). Sua educação iniciou-se no Colégio dos Jesuítas, primeiramente, na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e, posteriormente, em Nova Friburgo (RJ).

Em 1923, ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, graduando-se como Engenheiro Geógrafo, em 1926, e como Engenheiro Civil, em 1928. No curso de Engenharia Civil recebeu os prêmios Medalha Gomes Jardim (1925) e a Medalha Morsing (1927). Fez jus também à medalha de ouro ao receber o Prêmio Paulo de Frontin, então Professor e Diretor da Escola, que o convidou para o cargo de seu Assistente na Cadeira de Máquinas (1928-1929).

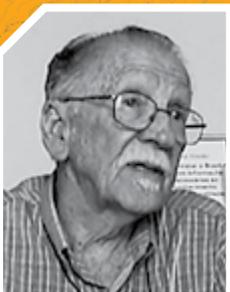
Teve seu primeiro contato com a Geografia no Ministério da Agricultura, desempenhando a função de chefe da Seção de Estatística Territorial, seção esta que seria o núcleo do CNG, do qual Leite de Castro foi Secretário-Geral desde a sua criação, em 1937, até 1950.

Como Diretor Técnico da Companhia Caminho Aéreo do Pão de Açúcar (1935), coube a ele implantar o novo Sistema Teleférico do Pão de Açúcar (1972), na cidade do Rio de Janeiro, idealizando e supervisionando a construção das estações e a montagem dos equipamentos.

Participou ainda de diversas comissões que conferiram modernidade à atividade geográfica brasileira, a saber: Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (1946); Comissão de determinação do verdadeiro local do Descobrimento do Brasil (1947); Comissão de Localização da Nova Capital (1947); e Comissão Brasileira da União Geográfica Internacional.

Merecem destaque em sua carreira profissional a instalação do CNG e a implantação do Sistema Nacional de Cooperação, destinado a congregar os serviços geográficos de todo o país. Naquele momento, a Ciência Geográfica experimentou acentuada evolução, expandindo-se ainda mais por conta da introdução de modernas metodologias de trabalho e do seu atrelamento ao planejamento de programas políticos, sociais e econômicos.

Christovam Leite de Castro, engenheiro, geógrafo e professor, faleceu em 7 de maio de 2002.



EDGAR KUHLMANN

(1920-2015)

Nasceu na cidade de Santa Bárbara (MG), em 20 de novembro de 1920. Graduou-se em Geografia pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, onde conviveu com um grupo de amigos que mais tarde reencontrou no CNG. Na faculdade, Francis Ruellan foi um importante contato. Por indicação do professor francês, ingressou no IBGE em 1942.

Além da influência de Ruellan, teve a oportunidade de conhecer personalidades como Christovam Leite de Castro, então Secretário-Geral do CNG, e Fábio de Macedo Soares Guimarães, um dos grandes geógrafos daquela época.

Na década de 1950, a influência de geógrafos franceses foi muito marcante, constituindo referência importante para formação profissional dos geógrafos do IBGE e para a própria estruturação da geografia enquanto campo do conhecimento no Brasil.

Edgar Kuhlmann foi um dos pioneiros das pesquisas de campo do IBGE, desenvolvendo, juntamente com Alfredo Domingues, os primeiros estudos de biogeografia na Instituição. Em 1956, convidado pelo biogeógrafo canadense Pierre Dansereau, viajou para o Canadá, onde permaneceu por dois anos estudando História Natural. Kuhlmann participou ainda de várias excursões com o geógrafo alemão Leo Waibel.

Nos anos 1950, a convite de Haroldo de Azevedo, teve a oportunidade de lecionar no primeiro curso de biogeografia no Brasil, oferecido pela USP. Também lecionou na então chamada Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Além disso, publicou artigos sobre o assunto na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico*.

Em 1960, pediu afastamento do IBGE para dedicar-se à vida acadêmica e ao trabalho social no Instituto Central do Povo na Gamboa, no Morro da Providência (RJ). Somente, em 1974, a convite de Marília Veloso Galvão, retornou ao IBGE, tomando parte da elaboração dos primeiros atlas geográficos patrocinados pelo Ministério da Educação, dos mapas gerais do Acre e do Maranhão, além de mapas de geografia física e geologia do Brasil.

Durante a gestão de Isaac Kerstenetzky (1970-1979), contribuiu efetivamente nos levantamentos liderados por Orlando Valverde, da fauna e flora, tendo em vista a criação da Reserva Ecologia do Roncador, em Brasília.

Edgar Kuhlmann é lembrado, também, como um dos nomes da comunidade científica a participar do Movimento Revirada da Associação dos Servidores do IBGE – ASSIBGE, onde trabalhou por algum tempo no Conselho Deliberativo. Aposentou-se pelo IBGE em 1985. Faleceu em 16 de outubro de 2015, aos 94 anos.

EDMON NIMER (1931–2004)



Nasceu em 26 de setembro de 1931, na cidade de Caran-gola (MG), tendo sido criado, contudo, na cidade de Castelo (ES). Bacharel com Licenciatura em Geografia (1961), pela UERJ, especializou-se em Climatologia no Curso de Pós-Graduação, na UFRJ.

Ingressou no IBGE (1962-1992), e desenvolveu com Marília Velloso Galvão, ainda como estagiário em Climatologia, estudos sobre os fatores determinantes do clima, sobretudo, os fatores regionais. Participou da elaboração da primeira edição do livro *Geografia do Brasil* e do *Atlas Nacional do Brasil*, analisando o clima da Região Centro-Oeste.

Seus trabalhos científicos são reconhecidos internacionalmente. Basta mencionar o estudo publicado na Revista Brasileira de Geografia: *Subsídio ao plano de ação mundial para combater a desertificação*, desenvolvido para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, e que constou, também, da Agenda de Debates na Primeira Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Desertificação, em Nairobi (Quênia), em 1977.

Nimer teve expressiva participação em eventos internacionais de cunho científico, tais como: Simpósio *Aspectos Geográficos de Problemas ambientais*, promovido pela Comissão "O Homem e o Meio" da União Geográfica Internacional (Tchecoslováquia, maio de 1977); Seminário Internacional sobre *Climatologia do Hemisfério Sul*, organizado pelo CNPq e a National Academy of Sciences/British Council (Campinas-SP, dezembro de 1977), e V Simpósio da Comissão em "Problemas Ambientais nos Países de Rápido Desenvolvimento na América Latina", (México, outubro de 1981). Sobre o mesmo tema, participou da Carta do Brasil, onde localizou as áreas mais predispostas à desertificação.

Na década de 1980, realizou estudos na região do cerrado para o convênio com a Embrapa. Lecionou como Professor Convidado em Climatologia, nas Universidades de Viana do Castelo e de Braga, em Portugal.

Nimer foi bastante atuante nas lutas políticas e no movimento sindical. Sempre soube conjugar seu profissionalismo, como cientista e filósofo, com sua presença no movimento dos trabalhadores do IBGE. No mesmo ano de seu falecimento, 2004, recebeu homenagem da ASSIBGE – Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE, que inaugurou, em suas dependências, a Biblioteca Edmon Nimer, ocasião em que familiares e amigos descerraram também uma placa em sua memória.

Edmon Nimer deixou como contribuição ao pensamento geográfico brasileiro seu clássico trabalho *Climatologia do Brasil*.



FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

(1906-1979)

Fábio de Macedo Soares Guimarães, nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 23 de abril de 1906. Engenheiro, geógrafo e professor, atuava no Serviço de Estatísticas Territoriais do Ministério da Agricultura, quando transferiu-se, em 1936, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE com o grupo pioneiro formado por especialistas convidados a colaborar com a política governamental empenhada em unificar o serviço estatístico federal em um único órgão.

Engenheiro, geógrafo e professor, foi um dos fundadores do Conselho Nacional de Geografia - CNG (1937) e, por duas vezes, seu Secretário-Geral.

Considerado um dos mais completos geógrafos de sua geração, desenvolveu estudos minuciosos sobre a divisão regional do país, que resultaram num projeto adotado como Primeira Divisão Oficial do Brasil, através da circular nº 1 de 31 de janeiro de 1942, emitida pela Secretaria da Presidência da República.

Fábio de Macedo Soares participou, ainda, da expedição geográfica que tinha como objetivo delimitar o sítio adequado à localização do futuro Distrito Federal, e elaborou o relatório que serviu de base para a Constituição de 1946 promulgar em seu art. 4º, Ato das Disposições Transitórias, a transferência da capital da União do Rio de Janeiro para o Planalto Central, fato marcante em sua trajetória de emérito pesquisador da ciência geográfica.

Publicou trabalhos científicos em que o tema planejamento regional prepondera sobre os demais assuntos presentes em sua produção intelectual. Um outro importante trabalho de Fábio de Macedo Soares Guimarães foi o referente ao cálculo do centro do Brasil, provando que este se localiza no nordeste de Mato Grosso e não no Estado de Goiás, como se pensava. Amplia sua área de atuação para além do IBGE ao publicar obras editadas pelo Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com outros autores.

Acresce à sua carreira de geógrafo a atividade de professor, uma e outra se completando pela integração de conhecimentos que a área comum propicia. Após aposentar-se no IBGE (1968), dedicou-se com paixão à atividade de professor até 1978, recebendo neste momento as homenagens da comunidade geográfica com a qual convivera.

FANY RACHEL DAVIDOVICH (1922-)



Nasceu em 9 de outubro de 1922, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Graduada e licenciada em Geografia e História, pela Faculdade Nacional de Filosofia, da então Universidade do Brasil (1942), diplomou-se também em cursos de Especialização, destacando-se o Curso de Geografia Urbana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1975), e o de Estatística, na Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE.

Seu primeiro ingresso no IBGE deu-se em 1941, onde permaneceu até 1942. Retornou somente em 1960, como estagiária, tendo sido efetivada em 1962. No Departamento de Geografia teve expressiva atuação até aposentar-se em outubro de 1992.

Fany participou da elaboração do pensamento geográfico regional, atuando na definição e delimitação dos espaços homogêneos e espaços polarizados. Como relatora da excursão ao Vale do Rio Doce, organizada por Francis Ruellan, construiu o aprendizado da disciplina para o desempenho das atividades de campo. Dedicou-se aos estudos de Geografia da Indústria, tema recorrente em suas pesquisas, e que incluem, entre outros estudos, o de Geografia Urbana.

A geógrafa produziu *Tipos e Cidades Brasileiras*, apresentado no Congresso Internacional de Londres, além de trabalhos inovadores sobre aglomerações urbanas e escala de urbanização.

Após sua aposentadoria em 1992, Fany continuou produzindo e participando de agências e programas de governo, congressos e parcerias com universidades. Atuou como Consultora *ad hoc* no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional/UFRJ (1995-2006), e como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (1994-2005).

Reconhecida nacional e internacionalmente, sua contribuição à Geografia Urbana transcende, aliás, o campo geográfico. Grande parte de sua produção intelectual pode ser consultada na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim Geográfico. Destacam-se os artigos: *A Urbanização Brasileira: Tendências, Problemas e Desafios* (1984); *Um Foco sobre o Processo de Urbanização do Estado do Rio de Janeiro* (1986); *Poder Local e Município, Algumas Considerações* (1993); e *Redutos da Classe Média, uma Interpretação acerca da urbanização no Brasil* (1993), além de *Diferenças da Espacialidade da Metrópole no Brasil: Referências para a Gestão Territorial*, apresentado no 26º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, em 2002 (Caxambu/MG).



FRANCIS RUELLAN

(1894-1975)

Nasceu na cidade de Rennes, na França, em 30 de setembro de 1894. Estudou nas Universidades de Rennes, de Strasbourg e de Paris, onde obteve sucessivamente a licença de história e geografia e o Doctorat-és-Lettres (geografia).

Teve seus estudos postergados devido a sua convocação para o serviço militar durante a primeira guerra mundial (1914-1918). Em 1925, em missão ao Oriente, esteve na Casa franco-japonesa em Tóquio. Fundou, junto ao Embaixador Paul Claudel, o Instituto franco-japonês de Kwasi em Kioto, atuando como diretor. Por cinco anos, realizou estudos na área de geomorfologia no Japão, na Coréia e no norte da China.

Retornou para a França em 1931, onde lecionou em diversas instituições, especialmente na École Pratique des Hautes em Paris. Participou de missões técnicas e culturais na Ásia e nas Américas, organizadas pelo exército francês durante a década de 1930.

Foi membro do do Comité National de Géographie français (1926), do Comité de la France d'Outre-Mer (1938). Foi delegado dos geógrafos franceses no Congresso Científico Pan-Pacífico de 1926, observador no Congresso do Instituto das Relações do Pacífico, em 1929 e Comissário-chefe do Congresso Internacional de Geografia de Paris, em 1931. Pertenceu a Association de Géographes Français, Société de Géographie de Paris, Société Géologique de France, e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Em 1940, após ser desmobilizado pelo exército, aceitou o cargo de Professor de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Neste período, assumiu o cargo de Consultor Científico do CNG.

Dedicou-se a compartilhar com seus alunos novos métodos de pesquisa laboratorial e de campo em geomorfologia, utilizados na França. Para tanto, realizou diversas expedições pelo país. A partir de 1947, dedicou-se às expedições para a escolha da nova capital federal.

Foi pioneiro no uso da fotografia aérea em análises geográficas, e seus treinamentos e estudos influenciou substancialmente a formação e atuação dos geógrafos brasileiros entre 1940 e 1960.

Retornou definitivamente para a França em 1956, onde deu continuidade a pesquisa nas áreas de geomorfologia e aerofotogrametria. Publicou os trabalhos de seus laboratórios em Paris e em Dinard em congressos e publicações especializadas, e na Academia Francesa de Ciências. Faleceu em 1975, na França, aos 71 anos.

JORGE ZARUR (1916-1957)



Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 13 de abril de 1916. Graduado em Direito na Faculdade Nacional de Direito e em Geografia pela Universidade do Distrito Federal, foi um personagem importante da moderna geografia brasileira, sendo um dos seus fundadores. Seu interesse pela Geografia, possivelmente teve raízes no Colégio Pedro II, onde foi aluno de Fernando Raja Gabaglia e de Carlos Delgado de Carvalho, dois expoentes da moderna visão da Geografia como o estudo das relações espaciais entre fatos físicos e humanos.

Zarur foi um dos pioneiros da criação do Conselho Nacional de Geografia - CNG, onde ingressou em 1939. No período entre 1941 e 1943, estudou nos Estados Unidos, na Universidade de Wisconsin-Madison com o professor Léo Waibel os modernos métodos da geografia de campo. Na volta ao Brasil, trouxe a visão da geografia como ciência a serviço do homem e sua viabilização através de análises regionais. Sobre esse tema publicou, *Geografia: ciência a serviço do homem* (1945); *Análises regionais* (1946); *A Bacia do Médio São Francisco* (1947).

No IBGE, suas ações estabeleceram um equilíbrio entre as influências das escolas francesa e americana de Geografia, ajudando a criar um corpo de pesquisadores mais críticos que, ao longo da década de 1950, deram contribuições importantes à geografia brasileira.

A partir de 1948 começou a lecionar em universidades e cursos reconhecidos. Participou de diversas bancas examinadoras, congressos e foi um militante da vida política da geografia brasileira e latino-americana.

Suas atividades foram bruscamente interrompidas, pela sua morte inesperada, aos 41 anos de idade, em 1957.



LEO WAIBEL

(1888-1951)

Nasceu em 22 de fevereiro de 1888, na cidade de Kützbrunn, na Alemanha. Frequentou o curso primário (1894-1899) em sua cidade natal. Mais tarde, mudou-se com a família para Heidelberg, onde recebeu educação clássica no secundário (1900-1907). Entre 1907 e 1911 estudou Geografia e Ciências Naturais nas Universidades de Berlim e de Heidelberg, concluindo o Doutorado nesta última, em agosto de 1911.

Aos 23 anos de idade, partiu para sua primeira expedição científica, no Camerum, na África Ocidental (1911-1912), e participou de trabalhos de campo (1914-1919) no Sudoeste Africano. Deste período, resultou, entre outras obras de relevância, a clássica *Von Urwald zur Wüste – Da mata virgem ao deserto*, onde estão descritas as paisagens e os modos de vida na África Meridional.

De volta da África, deu início à carreira universitária. Ensinou Geografia em universidades da Alemanha, desenvolvendo sua tendência para os estudos de Geografia Econômica, especialmente a Geografia Agrícola. Ao publicar os trabalhos resultantes de sua viagem ao México e Sudoeste dos Estados Unidos, destacando-se *Die Sierra Madre de Chiapas* (palestra apresentada na 22ª Assembleia dos Geógrafos Alemães, Karlsruhe, 1927; e relatório de viagem, em 1933), reforçou sua reputação nesta área.

Com a chegada do nacional-socialismo ao poder na Alemanha, Waibel se viu obrigado a abandonar sua cátedra, aposentando-se em 1º de novembro de 1937. Apesar de proibido de lecionar, conseguiu desenvolver seu trabalho científico voltado cada vez mais para a Geografia Agrária da América Tropical.

Na primeira oportunidade, partiu para a América Central e, posteriormente, para os Estados Unidos. Na *American Geographical Society*, iniciou, efetivamente, suas pesquisas sobre a América Central. Foi, então, convidado como Professor Visitante de Geografia na Universidade de Wisconsin, em Madison.

Quando lecionava em Wisconsin, foi requisitado pelo CNG. Permaneceu no Brasil entre 1946 e 1950, realizando novas e importantes pesquisas. Neste período, encarou como tarefa principal, formar no campo um grupo de novos geógrafos. Waibel foi, também, orientador científico de uma das duas expedições, que tinham como objetivo encontrar o sítio apropriado para a localização da nova capital (1947).

Em setembro de 1950, voltou aos Estados Unidos como Professor Visitante na Universidade de Minnesota. No ano seguinte, regressou à Alemanha. Poucas semanas depois de sua chegada, faleceu, em 4 de setembro de 1951, na própria Heidelberg que presenciara o início de sua carreira.

LYSIA MARIA CAVALCANTI BERNARDES (1924-1991)



Nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1924. Bacharelou-se em Geografia e História pela então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1944, licenciando-se em 1945.

Geógrafa, especializada em planejamento regional e urbano, teve sua carreira fortemente vinculada a duas instituições: o IBGE (1944-1975) e a UFRJ (1959-1977).

Inicialmente e seguindo modelo da época, realizou trabalhos ligados à Geografia Física (1951), debruçando-se então em estudos sobre o clima do Brasil. Seu trabalho foi influenciado principalmente por estudos de Alberto Lamego, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Leo Waibel, e Carlos Delgado de Carvalho. Destacou-se como principal divulgadora dos estudos de redes urbanas trazidos para o Brasil pelo professor francês Michel Rochefort.

No IBGE, ocupou vários cargos de direção e ajudou a consolidar o conhecimento sobre métodos pesquisa, formando e influenciando várias gerações de geógrafos. Com Maria Therezinha Segada Soares desenvolveu estudos de Geografia Histórica do Rio de Janeiro.

Publicou o clássico *O Rio de Janeiro e sua Região* (CNG, 1964), somando ainda trabalhos sobre o urbano em publicações do IBGE e da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), onde também teve presença marcante. Contribuiu na obra *Estudos Cariocas*, editada pela AGB do Rio, ao final dos anos de 1950. Os estudos sobre o Rio de Janeiro sempre ocuparam particularmente seu interesse.

A relevante produção nessa linha de pesquisa projetou Lysia Bernardes, nas décadas de 1970 e 1980, aos níveis mais altos da comunidade de planejamento brasileiro. Nestes períodos, ocupou cargos de direção nos Ministérios do Planejamento e do Interior, e no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Na UFRJ, lecionou nos cursos de graduação e pós-graduação do Departamento de Geografia, na Faculdade de Arquitetura (Urbanismo), e no Programa de Planejamento Urbano da Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE). Lysia também exerceu atividades docentes na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Ceará, além de contribuir em cursos de especialização promovidos por instituições não universitárias.

Faleceu em 1991 em acidente automobilístico no trajeto entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio, junto com seu marido, o também geógrafo Nilo Bernardes.



MIGUEL ALVES DE LIMA

(1915- 2010)

Nasceu em Além Paraíba (MG), em 21 de abril 1915. Bacharel e Licenciado em Geografia e História (1951-1955) da antiga Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ingressou no IBGE em 1945 e aposentou-se em 1981. Aluno de Francis Ruellan, no IBGE e de André Cholley e Jean Tricart na Universidade de Paris, Miguel trabalhou com Geomorfologia até a década de 1960. Foi Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia (1967); Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia (1967-1971), órgão autônomo do IBGE; e Diretor de Geodésia e Cartografia (1971-1979).

Diplomado pela Escola Superior de Guerra, no curso Superior de Guerra, em 1956 e, no Curso de Mobilização, em 1958, integrou o Corpo Permanente da Escola entre 1957 e 1960.

Lecionou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, sendo Diretor do Instituto de Geociências entre 1974 e 1980. Foi, também, adido cultural no Uruguai e no Peru. Ocupou cargos de gestão na União Geográfica Internacional - UGI e no Instituto Panamericano de Geografia e História - IPGH.

Faleceu em 2010, no Rio de Janeiro, deixando sua contribuição à geografia brasileira, especialmente, no âmbito político-institucional.

NILO BERNARDES

(1922-1991)



Nasceu na cidade de Lavrinhas (SP), em 7 de janeiro de 1922. Bacharel em Geografia e História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio 1943-1945), licenciou-se em 1947.

Geógrafo especializado em Geografia Agrária e Processos de Colonização, sua carreira teve início a partir do ingresso no IBGE (1944-1987), onde ocupou cargos, tais como: Assistente do Secretário-Geral do CNG (1954-1956) e Chefe do Departamento de Geografia (1963-1970), entre outros cargos e funções técnicas.

Nilo Bernardes assinou vasta produção de trabalhos relacionados à colonização e à Geografia Agrária do Brasil. Nos anos 60, produziu o relevante artigo *Características Gerais da Agricultura Brasileira no Século XX*, que mostra um panorama da agricultura brasileira, publicado na Revista Brasileira de Geografia (1961). Obra considerada como citação obrigatória.

Sua atividade profissional está dividida entre a pesquisa no IBGE (1944-1987) e em organismos internacionais, como o Instituto Panamericano de Geografia e História; a docência no ensino médio e superior: Professor titular do Colégio Pedro II, da Faculdade de Humanidades Pedro II e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio; e organizador de cursos de especialização no Brasil e no exterior, sendo também conferencista.

Como resultado de suas atividades de pesquisa publicou 7 livros, 14 capítulos em coletâneas, 52 artigos em revistas geográficas, assim como atlas e livros didáticos. Os artigos constituem importantes referências para os estudos agrários e da colonização e ocupação do território brasileiro, assim como para a História da Geografia Brasileira.

Nilo Bernardes faleceu em 1991, em acidente automobilístico junto com sua esposa, a geógrafa Lysia Bernardes.



ORLANDO VALVERDE

(1917-2006)

Nasceu em 16 de abril de 1917, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Orlando Valverde foi o primeiro Geógrafo a ter a carteira de trabalho assinada pelo IBGE. Especialista em Geografia Agrária e profundo conhecedor da Amazônia, com Fábio de Macedo Soares Guimarães e Jorge Zarur, fundou, em 1938, CNG. Exerceu sua atividade profissional, em grande parte, no IBGE (1938-1982), como Secretário-Assistente, Chefe da Seção Cultural, Diretor da Divisão de Geografia e Diretor da Divisão Cultural. Chefiou também o grupo de pesquisas da Amazônia, no Departamento de Geografia (1973), e o Departamento de Recursos Naturais da antiga SUPREN (1977-1978). Foi também Vice-Presidente da Comissão de Geografia do Instituto Panamericano de Geografia e História - IPGH, no período de julho de 1963 a julho de 1973, quando a Comissão foi transferida para o Canadá.

Desempenhou ainda a função de Professor Visitante na Universidade da Califórnia - UCLA, em Los Angeles, de agosto de 1965 a janeiro de 1966, e na Universidade de Heidelberg (Alemanha) de maio a julho de 1967. Nos Estados Unidos, estudou em Wisconsin com Leo Waibel, pesquisador, que foi contratado posteriormente pelo IBGE como consultor.

Os trabalhos de Valverde, sobre os diferentes tipos de agricultura e colonização no Brasil, são considerados clássicos.

A partir de 1960, passou a estudar o processo de colonização da Amazônia, tornando-se um dos mais fortes críticos do modelo de ocupação, via fazendas de gado de corte, em virtude da ampliação das queimadas na área de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Presidiu, então, o Departamento de Estudos da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia.

Responsável por uma vasta produção científica: são 29 livros, merecendo destaque *Planalto Meridional do Brasil: Guia de Excursão*, com edições em português, inglês e francês (1956), *Geografia Agrária do Brasil* (1964), *Problemática da Amazônia* (1971), *Beiträge zur Geographie Brasiliens – Contribuições à Geografia do Brasil* (1971), *A organização do espaço na faixa da Transamazônica* (1979), *Reflexões sobre a Geografia* (1980), *O Problema Florestal na Amazônia Brasileira* (1980), *Estudos da Geografia Agrária Brasileira* (1985), entre outros; e 38 artigos.

Valverde proferiu diversas conferências, participou de 13 bancas de concursos e traduziu 16 trabalhos científicos.

Até o ano de sua morte – faleceu em 15 de junho de 2006 - Orlando Valverde era o mais antigo geógrafo em atividade no Brasil.

PEDRO PINCHAS GEIGER

(1923-)



Nasceu em 1º de março de 1923, na cidade do Rio de Janeiro. Graduiu-se em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1939-1943), onde também concluiu o Doutorado, em 1970. Teve como orientador o Professor Delgado de Carvalho.

Geógrafo especializado em Geografia Urbana e Industrial, Pedro Geiger é considerado um dos principais pesquisadores da segunda geração do Conselho Nacional de Geografia. Ingressou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1942, aos 19 anos de idade.

Trabalhou, inicialmente, na área de Geografia Física, mas, pouco a pouco, orientou suas pesquisas para os campos da urbanização e da industrialização.

Para Geiger, a Geografia Sistemática de objetivo social tem início nos anos de 1950, sob influência marxista. Inaugurou, então, uma nova linha de pesquisa, que se preocupou com as transformações econômico-sociais ocorridas nas áreas rurais periféricas aos grandes centros urbanos. Os estudos sobre os processos de ocupação rural-urbana desenvolvidos na Baixada Fluminense (RJ), entre 1951 e 1953, são os exemplos mais característicos.

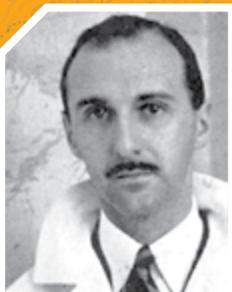
Em 1963, publicou trabalhos considerados clássicos na geografia brasileira: o livro *Evolução da Rede Urbana Brasileira*, e com o Grupo da Geografia das Indústrias, o artigo *Estudos para a Geografia das Indústrias do Brasil Sudeste*, onde analisam a industrialização da Região Sudeste do Brasil, publicado na Revista Brasileira de Geografia.

Na década de 1970, Geiger engajou-se no movimento de renovação da Geografia, chamado Métodos Quantitativos ou Geografia Quantitativa, que vigorou fortemente no IBGE e no Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP de Rio Claro.

O conjunto de sua produção científica ultrapassa, hoje, 70 títulos entre livros e artigos em revistas especializadas.

Após sua aposentadoria no IBGE, em 1984, intensificou suas atividades acadêmicas como Professor Visitante na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994-1995). Participou também, como pesquisador, do Projeto de Pesquisa *Do Mercosul a uma Nova Identidade Continental* (UFRJ, 2005-2007).

Em 2012, Pedro Pinchas Geiger era professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atuando na Linha de Pesquisa Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.



PIERRE DANSEREAU

(1911- 2011)

Nasceu no dia 5 de outubro de 1911 em Outremont, Quebec, Canadá. Formado em Agronomia, obteve doutorado em Botânica (1939) na Universidade de Genebra, Suíça.

Pioneiro na introdução do ensino sistemático de Biogeografia no Brasil, entre 1945 e 1946, a convite do governo brasileiro, treinou professores da Universidade do Brasil e pesquisadores do Conselho Nacional de Geografia - CNG, além de ministrar cursos de introdução à Biogeografia aos alunos de graduação.

A década de 1940 foi um período muito profícuo para o aprendizado da Geografia no IBGE. Eram consultores do CNG Francis Ruellan, Pierre Dansereau e Léo Waibel, especialistas em Geomorfologia, Biogeografia e processos de ocupação humana, áreas que garantiam um conhecimento amplo de Geografia para os profissionais do IBGE.

Tornou-se Diretor-Assistente do New York Botanical Garden, em 1961. Lecionou Botânica, Geografia e Ecologia nas universidades de Michigan (Ann Arbor), Vermont, Stanford e Columbia, nos Estados Unidos; de Waterloo e McGill, no Canadá; de Porto Rico; e de Lisboa, em Portugal. Em 1968, foi eleito vice-presidente da *Ecological Society of America* e membro do *Conseil des Sciences du Canada*.

Executou missões de consultoria científica em vários países da América Latina (Brasil, Argentina, Venezuela, México, Nicarágua).

Faleceu no dia 28 de setembro de 2011, em Montreal, Canadá.

PIERRE DEFFONTAINES

(1894-1978)



Nasceu em Limoges, França, em 21 de fevereiro de 1894 e morreu em Paris em 5 de novembro de 1978. Os primeiros estudos de Deffontaines foram no campo do Direito, licenciando-se em 1916, em Poitiers. Em seguida mudou-se para Paris e passou a frequentar a Sorbonne, onde obteve o diploma de estudos superiores em Geografia, dedicando toda sua vida ao desenvolvimento desta área do conhecimento.

Nos anos seguintes, seguiu carreira na França: *agregé d'Histoire et Géographie* (1932), bolsista da Fundação Thiers (1922-1925), professor e diretor do Instituto de Geografia na Faculdade Católica de Lille (1925-1939), *chargé de cours* de geografia pré histórica à Ecole d' Antropologie de Paris e doutor em Geografia pela Sorbonne(1932).

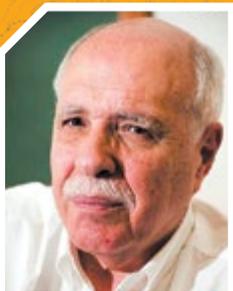
Iniciou seu contato com o Brasil na década de 1930. Criou o curso de Geografia na Universidade de São Paulo - USP, em 1935 e, no ano seguinte na então Universidade do Distrito Federal - UDF, onde lecionou de 1936 a 1938. Foi um dos principais responsáveis pela criação do Conselho Nacional de Geografia, da Revista Brasileira de Geografia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Além de sua intensa atividade intelectual, era um militante católico extremamente atuante. Deffontaines tinha entre suas metas no Brasil articular-se aos católicos brasileiros e promover a criação de congêneres das *Equipes Sociales* - movimento católico voltado para os jovens – , no país. Em artigo publicado na Revue de Pedagogie Catholique, o autor refere-se à importância da missão pedagógica da qual participou na criação da primeira Faculdade de Letras em São Paulo.

Em 1939, foi nomeado diretor do Instituto Francês de Barcelona – IFB. Durante a Segunda Guerra Mundial sofreu severas perseguições, sendo obrigado a abandonar junto com sua equipe de professores, o IFB.

Ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960 Deffontaines participou de diversas missões universitárias francesas no Canadá, Israel e vários países da América Latina, onde exerceu o cargo de professor de geografia. Em 1964 deixou a direção do Instituto Francês de Barcelona e em seguida foi nomeado professor de geografia na Universidade de Montpellier, onde lecionou até sua aposentadoria em 1967.

Deffontaines produziu um significativo conjunto de obras, tendo contribuído de forma especialmente importante para o desenvolvimento da geografia humana.



ROBERTO LOBATO AZEVEDO CORRÊA

(1939-)

Nasceu em 5 de novembro de 1939, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Graduiu-se em Geografia na então Faculdade Nacional de Filosofia (1958-1961). Na universidade, tomou contato com a Geografia clássica francesa e com a anglo-saxã, sofrendo influência do francês Paul Vidal de la Blache e do norte-americano Carl Sauer.

Mestre em Geografia Urbana (1973-1974) pela Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, concluiu o Doutorado em Geografia, em 1999, na UFRJ. Especializou-se, também, em Geografia Regional pela Universidade de Estrasburgo, França (1964-1965).

Ingressou no IBGE, como estagiário, em 1959, onde permaneceu até 1993. Através de Nilo e Lysia Bernardes, Lobato conheceu os estudos de Leo Waibel, Michel Rochefort e Pierre George.

A década de 1970 marca o encontro de Roberto Lobato com a Geografia Quantitativa e com a Geografia Crítica, esta última a partir de sua estada em Chicago, onde fez o curso sobre a História do Pensamento Geográfico.

A Geografia Crítica abriu novos horizontes para Roberto Lobato. Participou, então, do movimento de renovação da Geografia brasileira, com início, em 1978, durante Encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros - AGB, em Fortaleza. Encontro este histórico, marcado pelo retorno de Milton Santos para esta Associação, após 14 anos de ausência.

Em 1992 Lobato passou a trabalhar com Zeny Rosendahl da UERJ e contribuir com a Geografia desta instituição. Em conjunto, Lobato e Zeny, consolidaram e desenvolveram no Brasil a Geografia Cultural, a Geografia da Religião e fundaram o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – NEPEC/UERJ. A criação do NEPEC, a revista *Espaço e Cultura*, e a coleção de livros *Geografia Cultural* refletiram o interesse explícito da nova Geografia Cultural.

Roberto Lobato ingressou, em 1995, na UFRJ, onde participou de projetos de pesquisa no Instituto de Geociências; lecionando, também, no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Sua vinculação com o ensino superior tivera início em 1971.

Até 2007, assinou uma vasta produção científica: 07 artigos em periódicos, 15 livros, 12 capítulos de livros, participações em Simpósios e Congressos, além de ter concluído a orientação de 18 dissertações de Mestrado e de 07 teses de Doutorado.

Em 2016, já aposentado do IBGE e da UFRJ, Roberto Lobato participou, como palestrante, do relançamento da *Revista Brasileira de Geografia*, cuja publicação havia sido interrompida em 2006.

RODOLPHO PINTO BARBOSA

(1927-2010)



Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 9 de janeiro de 1927. Graduado em Engenharia Cartográfica, ambicionava, inicialmente ser oficial da Marinha Mercante, influenciado pelo irmão mais velho, que era comandante. Classificou-se muito bem nas provas para oficial de Náutica. Enquanto aguardava a convocação para a sua primeira viagem de instrução, durante a Segunda Guerra Mundial, Rodolpho Barbosa foi convidado para trabalhar em aerofotogrametria no antigo Sindicato Condor Aerofotogrametria, depois Cruzeiro do Sul, uma empresa particular alemã sediada no Brasil.

Nesse período, já que havia sido desviado de suas aspirações de adolescente para o ramo da Cartografia, voltou-se para os estudos afinados com aerofotogrametria, navegação, geografia e cartografia. Na mesma oportunidade, tomou ciência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE graças a um grande evento, a “Exposição Nacional de Mapas Municipais” (1940), que foi organizada pelo Conselho Nacional de Geografia – CNG, no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, em pleno governo autoritário de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945).

Sua posição no Sindicato Condor era politicamente antagônica à dos nazistas. Por conta disso, partiu para novos rumos. As aspirações iniciais sucumbiram totalmente. A navegação marítima, oficial de náutica, comandante da Marinha Mercante, viagens para o exterior, tudo isso ficou soterrado diante de uma nova realidade imposta em sua vida profissional.

Foi um dos primeiros cartógrafos temáticos do IBGE, no qual ingressou em 1942, onde permaneceu até 1983. Sua trajetória no Instituto, desde o início, foi registrada por marcantes atuações.

Especializado na organização de Atlas geográfico, participou da atualização da Carta do Brasil ao Milionésimo – seu primeiro trabalho no IBGE, e do primeiro curso de cartografia no Brasil promovido pelo CNG. Além disso, foi Diretor de Cartografia, e chefe da delegação brasileira na reunião internacional para restabelecer as regras da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo (CIM). Sua obra sobre a metodologia cartográfica reúne dezenas de artigos publicados em revistas especializadas, e, principalmente, em publicações do IBGE. Coordenou inúmeros Atlas em enciclopédias editadas no Brasil, entre 1955 e 1990.

Rodolpho Barbosa foi integrante da primeira campanha, em 1951, para aumento salarial do funcionalismo público, bem como da fundação do Clube dos Ibganos, em 1949, embrião da atual Associação dos Servidores do IBGE - ASSIBGE. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 2010.



SPERIDIÃO FAISSOL

(1923-1997)

Nasceu em 2 de março de 1923, na cidade de Ituiutaba (MG), onde iniciou o curso secundário. No Colégio Pedro II, completou o curso, e teve como pares Fernando Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho, que, mais tarde, seria seu professor de História. Foi aluno, também, de Josué de Castro, ilustre figura da geografia brasileira, que, à época, produzia a obra *Geografia da Fome*.

Em 1941 transferiu-se para o Rio de Janeiro para estudar Direito. Entretanto, veio a conhecer o geógrafo Jorge Zarur, filho de um amigo e compatriota de seu pai, que o orientou a optar pelo curso de Geografia.

Faissol é tido como um dos mais importantes geógrafos brasileiros do final do século passado. Seu ingresso na Geografia deu-se através da Faculdade Nacional de Filosofia no antigo Distrito Federal, no início dos anos de 1940, e, logo depois, no IBGE (1941-1982), onde foi recrutado pelo CNG e integrou a primeira geração de geógrafos do IBGE. Participou do grupo pioneiro de geógrafos que estruturava um novo conhecimento geográfico, visando ao planejamento territorial, em consonância com as diretrizes do Governo Vargas.

Concluiu doutorado (1956) pela Universidade de Syracuse, USA, realizando pesquisas sobre o Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central Brasileiro.

O Professor Faissol participou de expedições nas diversas regiões do Brasil, chegando a percorrer todos os municípios de Goiás e Mato Grosso. Participou de excursões que tinham como objetivo a localização do sítio adequado a instalação da nova capital.

Foi um dos primeiros a utilizar o novo arsenal de técnicas estatísticas, que a informática colocava à disposição dos geógrafos; metodologia esta precursora dos atuais programas de mapeamento automatizado e sistemas geográficos de informações, conhecida como Geografia Quantitativa.

Na década de 1970, assumiu a liderança técnica da Geografia Urbana do IBGE, coordenando pesquisas e criando bases de dados que são referências nos estudos da urbanização brasileira. Desempenhou diversas funções no IBGE; na UFRJ, como professor da Pós-Graduação; na UERJ, como professor e administrador; e na direção nacional do Instituto Panamericano de Geografia e História – IPGH.

Publicou, entre outras obras, *Mato Grosso de Goiás* (1952), *Urbanização e Regionalização* (1978), *O Espaço, Território, Sociedade e Desenvolvimento Brasileiro* (1994), além de inúmeros artigos em periódicos nacionais e internacionais.

Após aposentar-se no IBGE, Faissol ingressou, definitivamente, no mundo universitário como professor da UERJ (1982). Faleceu em 22 de março de 1997, aos 74 anos de idade, deixando relevantes obras para a geografia brasileira.

